Liberalismo político e liberalismo econômico

Simon Schwartzman

O Estado de São Paulo, 3 de agosto de 1979

O liberalismo significou, em suas origens, o estabelecimento de uma ordem política que defendia os direitos dos indivíduos e suas liberdades de forma abstrata, permitindo e garantindo ao mesmo tempo que as desigualdades e as injustiças continuassem a existir de forma concreta. A crítica de Marx ao liberalismo clássico – que está, principalmente, no texto pouco conhecido sobre a questão judaica – é bastante contundente e decisiva. O liberalismo clássico é basicamente negativo, preocupado em proibir as limitações à liberdade dos indivíduos, mas sem nenhuma preocupação em garantir as condições reais para o exercício destas liberdades e direitos. Ele acaba, assim, transformando-se em defesa pura e simples do capitalismo selvagem e desencarnado.

A suposta "mão invisível" que garantiria a racionalidade do sistema liberal supunha uma ordem política muito bem estabelecida e não beneficiava a maioria da população dos próprios países capitalistas, sem falar naqueles que viviam na periferia e sofriam o impacto da expansão da economia europeia.

A verdade é que o que deu à Europa, como aos Estados Unidos, condições de atingir níveis bastante altos de equidade e justiça social não foi o liberalismo clássico mas, exatamente, sua combinação progressiva com um novo conceito de cidadania que afirmava uma série de direitos positivos das pessoas: o direito de organização sindical, em primeiro lugar, e depois o direito ao voto, à educação, a condições razoáveis de saúde e alimentação, e assim por diante.

As democracias modernas não são, como geralmente se pensa, um simples subproduto do capitalismo liberal, mas o resultado da interação deste capitalismo com formas políticas e associativas que têm origens históricas bastante anteriores,

como as guildas profissionais, as cidades medievais com sua tradição de autonomia e autogestão, etc. As próprias universidades modernas, que tendem a ser interpretadas hoje como meras fábricas de mão-de-obra qualificada, só podem ser realmente entendidas em função de suas tradições históricas de autonomia e independência, que datam pelo menos do século XII.

O Estado democrático moderno combina assim dois ingredientes fundamentais – um que deriva da tradição associativa e de descentralização, que é anterior ao próprio capitalismo, e outro que tem a ver com o Estado burguês propriamente dito. O primeiro é constituído pelo que poderíamos chamar de aspectos substantivos da democracia, ou seja, os direitos reais e concretos que têm as pessoas de segurança, salários adequados, alimentos, educação, saúde, associação e organização; o segundo é essencialmente formal, garantidor das liberdades e dos direitos do indivíduo de forma abstrata e impessoal.

Estes dois componentes apontam para dois sentidos opostos em que o termo "liberalismo" é comumente usado. No primeiro caso, ele é usado para se referir ao Estado que interfere na sociedade para proteger os cidadãos, orientar a economia no sentido de produzir determinados objetivos de interesse social, etc. É o liberalismo do New Deal americano, do socialismo escandinavo ou do trabalhismo inglês. No segundo caso ele tem o sentido oposto: é o liberalismo da não interferência, do incentivo às forças do mercado, da garantia exclusiva das regras do jogo capitalista – é, em outros termos, o liberalismo da economia clássica inglesa e da moderna escola de Chicago.

O fato de que estes dois tipos de liberalismos possam ter o mesmo nome mostra que eles talvez não sejam tão antagônicos quanto parecem. É importante entender, por isto, o que estes liberalismos têm de permanente e duradouro, independentemente dos sectarismos e das ideologias em choque.

Acredito que as principais contribuições do liberalismo econômico são duas. A primeira é a importância dos aspectos formais da organização da vida social,

econômica e política do Estado moderno. A existência de uma pluralidade de interesses em choque e seu reconhecimento pelo Estado moderno leva à criação de um conjunto de normas abstratas e formais que são uma garantia essencial para a liberdade e a segurança individual de cada um.

Em sociedades tradicionais, a justiça e as leis tendem a ser substantivas, ou seja, elas se referem ao mérito das coisas, sem dar demasiada importância à forma e aos procedimentos. Esta é também, no entanto, a via do arbítrio e da insegurança do indivíduo, que só um sistema normativo suficientemente claro e explícito e um judiciário independentemente constituído podem garantir.

A segunda é um ceticismo sadio quanto à onisciência dos governantes, a fé na força a iniciativa individual e a aceitação do princípio de que não existe necessariamente incompatibilidade entre os interesses dos indivíduos e os interesses da sociedade como um todo.

O liberalismo social, por sua vez, chama a atenção para os aspectos propriamente substantivos que o liberalismo econômico desconsideram dá ênfase aos mecanismos de ação coletiva e associativa dentro da sociedade e dá ao Estado uma função muito mais ampla do que o simples papel regulatório e policial que o liberalismo econômico lhe atribui.

O liberalismo político, finalmente, na sua melhor acepção, é um esforço de combinar os aspectos positivos destas duas tradições: atentar para os aspectos sociais da atividade econômica, preocupando-se com o bem-estar dos indivíduos e da sociedade, tratar de maximizar os recursos disponíveis de forma racional sem abandonar, no entanto, a necessidade de um sistema jurídico e legal formalmente estabelecido, e deixando lugar para a liberdade, a pluralidade e a iniciativa individual.

Será esta uma utopia em relação com nossa realidade histórica, e por isto mesmo ingênua, se não enganosa? Trata-se, sem dúvida, de um ideal a longo prazo e, como

tal, utópico, no bom sentido da palavra; e nossa experiência passada não parece nos conduzir espontaneamente a isto. É preciso crer, no entanto, que o futuro não está totalmente definido pelo passado, que existe espaço para se tentar, pelo menos, construir uma realidade que se aproxime daquilo que achamos que vale a pena. É só isto que dá, em última análise, sentido à vida política.